

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE-----

-----REUNIÃO nº 5 /Ano 2019-----

Data 02/07/2019

Hora de Início 18H20 /Fim 20H00

Presenças:-----

José Augusto Carvalho-----

Ana Paula Mota-----

Rui Prudêncio-----

Pedro Castelo-----

Susana Neves-----

João Rodrigues-----

Rita Sammer-----

Sérgio Jacinto-----

Assuntos tratados:-----

- 1- Influência da Ordem dos Médico no Internato Médico-----
- 2- Reunião com o Conselho de Administração do CHO -----
- 3- Audiência da Comissão de Saúde da Oeste CIM com a Sr. Ministra da Saúde-----
- 4- Reunião ACES Oeste Sul – mapeamento dos equipamentos de Saúde-----
- 5- Outros Assuntos-----

Conclusões:-----

- 1- O presidente da AM começou por fazer uma referência ao Internato Médico e a sua importância na formação dos médicos. Com os dados que esta comissão tem recolhido chegou-se à conclusão de que acontece numa idade propícia à constituição de família o que leva a que a grande maioria dos médicos que faz Internato Médico num local, tenha intenções de ficar colocado nessa mesma zona ou a ela regressar através dos concursos de mobilidade. O DL n.º 13/2018 diz que cabe à Ordem dos Médicos estabelecer os critérios da determinação da idoneidade por parte dos estabelecimentos e até ai parece tudo correto porque podemos considerar que é na Ordem que está o conhecimento técnico. Para o presidente da AM o que é estranho é ser a mesma Ordem dos Médico a propor a lista de estabelecimento. Os restantes membros concordam que, depois de estabelecidos os critérios, esses deveriam ser aplicados de forma direta pelo Ministério da Saúde e não continuar a depender da Ordem dos Médicos, por serem representantes da parte interessada.-----
Ficou decido fazer uma pesquisa mais aprofundada para descobrir em que regime jurídico específico se criou esta necessidade de proposta por parte da Ordem dos Médicos. No DL n.º 203/2004 por exemplo, a expressão utilizada era “parecer” e não “proposta”. Apesar ser uma pequena alteração, esta substituição de palavras alteram por completo o sentido da norma.-----
- 2- Rita Sammer fez uma síntese da reunião entre os representantes dos 3 concelhos com hospitais do CHO e o seu Conselho de Administração, ocorrida no passado dia 25 de junho. Em representação de Torres Vedras estiveram presentes o PAM, a deputada municipal Rita Sammer, o deputado municipal Rui Prudêncio e a vereadora Ana Umbelino. A presidente do CA do CHO disse que ainda não receberam a totalidade do capital social a que têm direito com a passagem a EPE. Tendo em conta as dimensões do CHO EPE o capital social deveria ser reforçado em 24 milhões de € mas só receberam 7 milhões de €. O pedido de reforço do capital social em falta, no valor dos 17 milhões de €, já foi feito mas até ao dia não havia resposta.-----
Sobre os Cuidados Intensivos, foram considerados uma prioridade e estão a ser equacionados para Torres Vedras mas existe a dificuldade de o edifício nesta cidade não ter condições para “crescer”. A questão da Farmácia Hospitalar não foi muito falada no que diz respeito à melhoria de condições. Para Peniche está previsto uma especialização da estrutura na área da Psiquiatria, estando previsto o reforço da equipa médica com mais um psiquiatra.-----



Rui Prudêncio acrescentou a referência feita pela presidente do CA à dificuldade em captar recursos humanos por concurso público e que para a ultrapassar vão contratar por conta própria. A autorização para o efeito já foi pedida ao Ministério da Saúde.

- 3- Relativamente à audiência da Comissão de Saúde da Oeste CIM com a Sra. Ministra da Saúde, Rui Prudêncio disse sido esta tarde. Na sua perspetiva a Sra. Ministra Marta Temido tem conhecimento do que se passa no Oeste em termos de Cuidados Hospitalares e foram conseguidas algumas respostas bastante importantes. Durante o encontro com a Sra. Ministra, soube-se que o programa de recuperação de dívida (CHO) até 2023 está aprovado, foi também transmitido que o equipamento para a área de imagiologia, no valor de 750mil€ vai ser disponibilizado e, nesse sentido foi acrescentado que o Ministério vê com bons olhos o investimento em equipamentos até porque esses podem vir a ser transferidos para novas instalações. O deputado municipal partilhou a informação, transmitida pela própria ministra, de que será praticamente impossível incluir a construção do novo Hospital do CHO no programa 2030 porque este programa comunitário não contempla unidades de saúde. Todos ficaram muito surpresos e preocupados com a notícia. A Sra. Ministra diz que se deve estabelecer diálogo com os deputados europeus dos vários partidos na tentativa de que a rubrica para o efeito ainda possa vir a ser criada. Apesar da dificuldade de inscrever a obra no programa 2030, a construção do novo CHO está nos planos do Ministério da Saúde. A Sra. Ministra tem conhecimento dos graves problemas que atualmente o CHO enfrenta e confessa estar *“de olhos virados para a nova estrutura”*, segundo citação do deputado Rui Prudêncio.

Relativamente aos Cuidados Intensivos, a Comissão da OesteCIM foi informada de que serão disponibilizados 1.700mil€ para a instalação de uma Unidade de Cuidados Intensivos em Torres Vedras e que, por uma questão de gestão de espaço, os Cuidados Intermédios passarão para Caldas da Rainha. Os membros desta comissão e o presidente da AM receberam a notícia com agrado porque consideram os Cuidados Intensivos uma questão fundamental para que o CHO seja encarado como hospital de *“fim de linha”*.

No que diz respeito à Obstetrícia, será para manter em Caldas da Rainha mas a diminuição do número de partos é uma preocupação e que acreditam se dever às condições do edifício. A maioria das grávidas é seguida no CHO mas para o parto escolhem outros Hospitais, principalmente o Hospital Beatriz Ângelo em Loures onde se sabe que 20% dos nascimentos corresponde a mulheres que eram seguidas no CHO. O nº de partos é cada vez menor e até junho de 2019 não tinha ultrapassado os 400 nascimentos. A par do reforço de capital, a obstetrícia é assumida como uma das maiores preocupações do CA do CHO.

Sobre o estudo para definir a carteira de serviços do novo Hospital, a Sra. Ministra disse que será da responsabilidade da tutela (ARS-CHO). Assim sendo, os membros desta comissão julgam da maior importância esclarecer que estudo fará a OesteCIM e se fará sentido avançar.

A quando da reunião com o CA do CHO tinha sido referido que a verba para as obras na Urgência em Torres Vedras não tinha resposta mas, conforme indicação do Ministério da Saúde, a questão está ultrapassada.

O presidente da AM disse que as dívidas do CHO são na ordem dos 35 milhões de € e que o plano de recuperação é de 6 milhões de € por ano, com verbas específicas para o efeito. Segundo compreendeu da reunião com do CA do CHO, o reforço de capital será para investimento. *“Devemos bater-nos pelos 17 milhões de € que estão por vir”* – acrescentou.

- 4- Ocorreu no passado dia 26 de junho uma reunião para apresentação do mapeamento dos equipamentos de saúde no concelho. Para a cidade de Torres Vedras está prevista mais uma USF e que parte administrativa do ACES Oeste Sul passe o antigo edifício da CAI Oeste, o que não se revelou uma novidade para esta comissão. Foram distribuídos e analisados mapas sobre a evolução dos utentes SMF nos últimos 5 anos. A deputada Rita Sammer verificou que os dados disponíveis só fazem referência ao nº de utentes sem Médico de Família e em nenhum local se refere o total de inscritos ou o nº de utentes com Médico de Família. Sem esses dados para comparar não se percebe se a descida de utentes SMF é real, ou seja, não se sabe se foi porque os utentes mudaram de cidade ou tão pouco se os dados anteriormente apurados estavam empolados com utentes que já tivessem falecido, por exemplo. Ficou acordado solicitar ao diretor do ACES Oeste Sul, o número total de inscritos nos últimos 5 anos que é o período de tempo refletido nos quadros analisados.
- 5- Antes de a reunião terminar o deputado Rui Prudêncio pediu a palavra para se referir ao artigo 21º do anexo II DL 18/2017 que altera o Conselho Consultivo do CHO enquanto EPE. O Conselho Consultivo não terá a

mesma composição que teve no passado e passará a existir apenas uma “*pessoa de mérito reconhecido*” com assento por cada Comunidade Intermunicipal e não 3, uma de cada município, como até aqui. Assim, colocou à consideração dos restantes membros desta comissão a sua permanência na mesma já que a sua participação se devia ao facto de pertencer ao Conselho Consultivo do CHO. A deputada Rita Sammer disse que o que o importante é que o assunto fique clarificado e que se sane a sua posição como coordenador da Comissão de Saúde da Oeste CIM. Todos os membros concordaram que apesar de já não fazer parte daquele órgão consultivo, já fez em tempos e é uma mais-valia para esta comissão, até pelas funções que desempenha na recente comissão intermunicipal.

a) 

